

A Bengala e a Espingarda

..... Marlon Jeison Salomon¹

“Todo o coração dos Alemães

Se derrama na língua Alemã.

A sátira é bem falada em Francês

E musical é a fala Italiana.

Mas quando o olhar se volta para o céu,

Como quando os três juraram o seu pacto sagrado,

A palavra Alemã soa como o metal das suas espadas

Com as quais eles prostraram o juízo estrangeiro”.

Carl Von Clausewitz.

R e s u m o

Se a racionalização da guerra e da imigração no século XIX permitiu o nascimento do princípio de ação estratégica nestes dois domínios, pode-se perceber pontos em comum entre os dois. Partindo da compreensão do conceito de “ocupação do espaço” esboçado por Carl von Clausewitz em *Da Guerra* e o princípio estratégico de ocupação do Vale do Itajaí a partir de meados do século XIX, o presente artigo pretende mostrar como a ocupação do espaço na guerra e a ocupação do espaço na colonização recorrem a princípios comuns.

Palavras-Chave: Clausewitz - Guerra - Colonização - Ocupação do Espaço

A b s t r a c t

If the rationalization of the war and the immigration in the 19th century allowed the origin of the strategic action principle in these two domains, we can notice common points between both of them. Starting by the comprehension of the concept of “occupation of the occupation of the Itajaí valley sine the middle of the 19th century. This article intends to show how the occupation of the space during the war and the occupation of the space in the colonization resorting to common principles.

Key words: Clausewitz - War - Colonization - Occupation of the space.

¹ Licenciado em História pela Universidade Regional de Blumenau; ingresso no Programa de Pós-Graduação em História em 1998, professor orientador Élio Cantalício Serpa.

Se reduzíssemos a uma espécie de “grau zero” o pensamento do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831) esboçado em seu livro *Da Guerra*², publicado em 1832, um ano após a sua morte, e da mesma forma procedêssemos com o processo de colonização europeu do século XIX, creio que seria então possível vislumbrarmos o nascimento de um mesmo princípio tanto para a guerra quanto para a colonização figurado pelo que chamarei momentaneamente de “princípio de ação estratégica”.

Não se trata de saber se o livro de Clausewitz serviu como uma espécie de manual para a colonização, e muito menos de saber se a obra de Clausewitz era ou não conhecida pelos colonizadores³. Trata-se de saber como, justamente em domínios de certa forma opostos, pensou-se sob o mesmo princípio. Assim, poderíamos antecipar uma primeira consideração. Se por um lado, Clausewitz, revertendo o que até então se pensava sobre a guerra quando nela situou a própria possibilidade de racionalizá-la, afastando aquilo que era até então a sua própria essência, a irracionalidade, para uma espécie de “efeito de superfície”, por outro lado, a imigração e a colonização tomaram forma de um empreendimento puramente racional.

Se a imigração, o movimento geográfico dos homens, como freqüentemente se considera, foi aquilo que fez sempre girar a “roda da história”, não restam dúvidas de que tal movimento foi colonizado no século XIX, de que esta espécie de fluxo constante passou a ser regularizado. Neste sentido, guerra e colonização se aproximaram no século passado. Se, como insiste Clastres, os observadores europeus dos primeiros séculos de ocupação na América, para além da diversidade de culturas, ficaram mesmo impressionados com a belicosidade das sociedades indígenas que aqui habitavam, com o seu caráter essencialmente guerreiro⁴, no século XIX, os mesmos não conseguiram deixar de constatar a incapacidade de vivência “pacífica e civilizada” destas sociedades, ou seja, a própria impossibilidade da “paz”. Devemos reconhecer neste fato uma mudança de percepção destes observadores em relação a estas sociedades? Creio que não. Penso que devemos reconhecer em tal fato uma mudança de estratégia, no sentido em que é possível pensar a paz a partir do século XIX como a guerra continuada por outros meios⁵. Isto é, os numerosos projetos de “pacificação” indígena que não pararam de cessar até meados do século XX, podem ser compreendidos, dentro desta perspectiva, como a continuação de uma longa guerra de conquista por outros meios, pois a pacificação, a paz, volto a insistir, nada mais é do que a guerra continuada por outros meios.

Neste sentido, a racionalização da guerra e da imigração possibilitaram o próprio “princípio de ação estratégica”. O meu objetivo neste pequeno esboço de trabalho é

² Utilizamos aqui da segunda edição de *Vom Kriege*, traduzida por Maria Teresa Ramos. CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 930.

³ De qualquer forma, Clausewitz, que durante doze anos foi diretor da Escola Militar de Berlim, foi lido pelo pangermanismo, anos depois de sua morte, como um líder doutrinário. Estes e outros temas foram objetos de recente discussão na França, por motivo do lançamento de uma obra inédita de Clausewitz em língua francesa. Trata-se de *Théorie du Combat*. Paris: Economica, 1998. p. 106. Algumas destas discussões estão disponíveis na internet, no seguinte endereço: <http://paru.com/documents>

⁴ CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: _____ (et alli). *Guerra, Religião, Poder*. Lisboa: edições 70, 1980. pp. 11-47.

⁵ De certa forma, esta foi a tentativa empreendida por Raymond Aron em seu livro sobre Clausewitz, escrito no início dos anos 70, como mais tarde ele mesmo reconheceu, chamando tal empresa de a “inversão da fórmula clausewitziana”. Cf. ARON, Raymond. *Mémoires*. Paris: Julliard, 1983. p. 656.

isolar um dos elementos estratégicos considerados de suma importância por Clausewitz, o da ocupação do espaço inimigo, e colocá-lo em pontuação com algumas estratégias de ocupação do espaço no momento da colonização do Vale do Itajaí em meados do século XIX, mais especificamente com a construção da “Colônia Blumenau”.

Para Clausewitz, existem alguns elementos que se deve levar em conta para se alcançar êxito na guerra. Apesar do acaso, da irracionalidade que percorre e recobre o momento, que é a guerra, Clausewitz considera que, partindo de uma espécie de princípio de organização - do “corpo militar”, mas também do espaço em que esse corpo se desenvolve e se desdobra - pode-se levar a êxito determinados objetivos preestabelecidos. Estas questões são inicialmente simples de serem implementadas, pois não necessitam de vontade própria. Uma delas seria a da escolha do território a ser ocupado como fortaleza e quartelamento das tropas.

Dupla escolha sob o mesmo princípio: a escolha de um espaço que sirva como ponto de apoio para restabelecimento e rearmamento, descanso, estacionamento, recuperação de feridos, depósito de provisões, pontos de apoio táticos e até mesmo como proteção a ataques: as fortalezas; e a escolha de um espaço que propicie vantagens, já de saída, no momento do recontro. Fundamental para o êxito na guerra é a escolha do espaço a ser invadido. É importante destacar que, de acordo com Clausewitz, não há a “ocupação do espaço” a ser dominado aleatoriamente, há a invasão do território com o objetivo de devastá-lo, de forçar o inimigo e a população local a ceder às suas metas⁶. Se inicialmente se apresenta como desvantagem o fato do território inimigo ser desconhecido e conseqüentemente imprevisíveis as conseqüências de sua ocupação, a seleção pré-determinada de um local a ser invadido garante um certo número de vantagens que pese na balança do acaso e do imprevisível. Ou seja, Clausewitz considera que, na invasão de um território inimigo desconhecido, é importante proceder, a-priori, à escolha de espaço “geográfico” que apresente um certo número de condições que, segundo ele, à prática é essencial para se obter êxito final; além disso, é importante, após a invasão, exercer uma certa força em tal território - a força da devastação - para que os elementos, os quais até então somavam desfavoravelmente, sejam de tal forma apagados que se possa neste mesmo local implantar os elementos favoráveis ao desenvolvimento das estratégias de guerra⁷.

Neste sentido, surge como importante a questão da “informação”. Conforme Clausewitz, “...o termo ‘informação’ designa o conjunto de conhecimentos relativos ao inimigo e ao seu país e, por conseqüência, a base sobre a qual se fundamentam as nossas próprias idéias e os nossos atos⁸”. Apesar de Clausewitz apontar para o problema das incertezas trazidas pelas “informações contraditórias”, pela “infinita quantidade de notícias” recebidas em tempo de guerra, considera que são elas assim, que fazem parte de sua própria possibilidade de existência, esse jogo angustiante entre o certo e o incerto⁹. Em todo caso, ao considerá-las como sendo a “base sobre a qual se fundamentam as

⁶ *Da Guerra*, (DG) p. 36.

⁷ Clausewitz não fala em conversão dos elementos do território a seu favor, mas sugere a possibilidade de absorver a população que habita de maneira localizada, no caso os camponeses e agricultores da região.

⁸ DG, p. 79.

⁹ Cf. DG, “A informação na Guerra”, pp. 79-82.

nossas idéias e os nossos atos em relação ao inimigo e seu país”, ele acaba por delegar a elas uma importância sem precedentes do ponto de vista estratégico. Entre a distância que separa um “projeto” de ocupação e a sua “execução”, Clausewitz situa a informação.

Dada a importância da informação, surge, em decorrência, a importância da figura do viajante responsável pela produção dessas informações. Clausewitz não chega a descrever especificamente esta função, apenas brevemente faz menção¹⁰ a suas dificuldades.

De qualquer forma, o viajante, a importância do seu papel, então, já nos é familiar, ou será que ele, que conhecemos tão bem através de uma literatura específica (a dos “relatos de viajantes”), em nada se aproxima da função do viajante na guerra, qual seja, a de colher informações? Que o trabalho desempenhado pelo viajante representante de impérios ou de empresas comerciais se entrecruzava com o trabalho do viajante na guerra, não restam dúvidas. Os dois procuravam, de alguma forma, abastecer com informações os seus representados, seja para definir uma posição estratégica no campo de batalha, seja para definir uma nova região colonial potencialmente lucrativa. “O olhar do descobridor apenas vê por delegação do olhar do seu senhor: o viajante não é o autor do seu olhar. O monarca, o prelado, o negociante, em suma, o comanditário é quem tem que ver através do seu relato. Um golfo apenas tem a beleza tranqüilizante de um ancoradouro possível; a altura das árvores só é anotada quando promete já o mastro”¹¹. Há que se levar em conta, então, o entrecruzamento do trabalho desses viajantes, que necessariamente se aproximam se considerarmos sua função eminentemente militar.

Se atentarmos para a forma de ocupação do Vale do Itajaí a partir da segunda metade do século XIX, levando-se em conta algumas dessas questões, poderemos apontar para algumas direções interessantes. Primeiramente no que diz respeito ao comprador de uma leva de terras na região e que no início dos anos da década de 1850 promoveu o estabelecimento de normas de ocupação de boa parte desta região.

Contratado como viajante de uma sociedade comercial alemã, chegou ao Brasil em 1846, e aqui permaneceu por quase dois anos viajando e fornecendo relatórios a seus mandatários dos lugares que conhecia, à espera do possível envio de verbas para a compra de alguma região na qual pudesse iniciar algum empreendimento.

Em 1848, ele encontra um lugar que considera o mais apropriado para estabelecer um projeto de ocupação. Para tanto, foram necessários alguns dias de observação da região para definir onde seria mais interessante estabelecer o seu acampamento. Em carta aos familiares, ele descreve algumas paisagens: “...o rio de águas límpidas e caudalosas, propício à navegação”; “...junto com o salto, mais dois pequenos e um grande e turbulento riacho que servem para moinhos”¹². Enfim, através do seu olhar, passa necessariamente o olhar do comerciante.

¹⁰ DG, p. 83.

¹¹ DEFERT, Daniel. *Colônias Perdidas, Mundos a Descobrir*. In DUBY, G. (et alli). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986. p. 68.

¹² BLUMENAU, H. *Carta aos pais - no. 9*. Desterro, 21 de abril de 1848. Coleção de Correspondências de H. Blumenau, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

Nosso objetivo é saber sob que critérios se procedeu a escolha do território a ser inicialmente ocupado. Na mesma carta a que nos referimos acima, o colonizador se refere ao espaço escolhido para o seu estabelecimento. "Nós nos estabelecemos junto ao Ribeirão da Velha, bem perto da margem do grande rio, onde se encontra uma grande planície, cercada de água por três lados..." Na mesma passagem, ele lembra que, em parte, a terra, além do vale, é montanhosa, ou seja, o vale escolhido, além de se localizar cercado de águas por três lados, apresenta região montanhosa cercado o restante do espaço então escolhido, formando uma espécie de planície-ilha considerada "cercada".

Ao que parece, um núcleo colonial inicialmente cercado como uma fortaleza. Creio que, para compreendermos essa situação, não devemos nos reportar aos "tempos medievais" e justificar essa concepção de núcleo colonial a "traços" culturais que restaram do tempo em que as cidades eram cercadas e concebidas como fortalezas. Talvez possamos compreendê-la em sua própria contemporaneidade.

Primeiramente, havia um problema do qual esses viajantes não cessavam de repetir e pontuar em suas cartas e relatos, que era o "problema" indígena. De certa forma, compreendiam a guerra declarada pelo Governo Imperial contra os "botocudos selvagens". Não apenas compreendiam como assumiam. Nas cartas que venho citando, é comum o desprezo das informações transmitidas pelos "brasileiros" sobre a "selvageria destes silvícolas". O fato é que, desde o início, a "guerra justa" contra os índios, tão divulgada pelo Brasil a fora, não só foi incorporada como levada a cabo nesta ocupação a que venho me referindo. A percepção de que se estava em guerra contra o que havia de selvagem - daí a não distinção taxionômica entre índios selvagens e animais selvagens - estabelecia e cambiava novas estratégias. Desde o início, o que se estabelece é uma sociedade altamente militar - não no sentido corporativo do termo - com plenos direitos de fazer morrer o incivilizável. Neste sentido que a bengala, como símbolo de civilidade, encontrou ali uma espécie de referencial invertido, na espingarda. Assim, em 1857, em carta publicada num jornal alemão, não hesitava em afirmar a todos o "colono" Alexandre Bürger: "A espingarda é a fiel companheira do colono, quase como a bengala ao alemão, e o que se mostra de animais selvagens e aves é abatido. Eu só lamento não ter trazido mais pólvora¹³".

De qualquer forma, nosso objetivo aqui não irá se estender à compreensão da organização da sociedade sob princípios militares, mas a invasão do espaço pelo colonizador a partir de um pensamento militar. O que é importante frisar é que a motivação proporcionada pela guerra civilizatória estabeleceu e deslocou estratégias. No momento, é preciso retomar a questão e tentar compreender porque o espaço inicialmente escolhido como "núcleo" - então designado como "Stadtplatz" - foi concebido como uma espécie de fortaleza.

Se momentaneamente nos desviássemos de explicações eminentemente econômicas e procurássemos nos situar sob o ponto de vista eminentemente estratégico de tal ocupação, teríamos que necessariamente passar por uma explicação que privilegiasse aquilo que, momentaneamente, chamarei de "estratégia defensiva". A escolha de um

¹³ Colônia Blumenau, 19 de janeiro de 1857 (AHJFS).

espaço situado num vale cercado por rios e montanhas, necessariamente subsume à uma “estratégia defensiva”. Sob este viés, é possível estabelecer uma aproximação entre tal estratégia e o pensamento de Clausewitz, ou então, de onde se originaria esta “estratégia defensiva?”.

Em Clausewitz, toda e qualquer ocupação inicial é eminentemente defensiva. Ele considera que o próprio “...conceito de guerra aparece em primeiro lugar com a ‘defesa’, porque esta tem por objetivo direto o combate, não sendo aparaar e combater evidentemente mais que uma coisa só¹⁴”. O que é interessante é que Clausewitz se refere à defesa não em relação ao “corpo militar”, mas necessariamente à defesa da fortaleza, do “teatro de guerra”. Desta forma, tem-se que a ocupação inicial é eminentemente defensiva, pois tenciona escolher um espaço para a construção da fortaleza de batalha, que, previamente, por sua situação geográfica, possibilite um certo número de vantagens. Coincidentemente ou não, Clausewitz aponta para os vales próximos a rios como sendo os espaços mais apropriados para tal escolha. “É a borda de um rio que uma fortaleza responde às necessidades mais numerosas e onde ocupa o lugar mais importante¹⁵”; em nosso tempo, “a defesa procurou então proteção atrás dos rios ou vales profundos, ou sobre montanhas¹⁶”. Segundo Clausewitz, localizar a fortaleza próxima a rios, vales e montanhas é, sem sombra de dúvidas, fator geográfico determinante em qualquer estratégia de ocupação militar. Neste sentido é que podemos apontar para um certo número de questões possíveis de serem mencionadas entre o pensamento militar e a colonização. Assim, penso que, a partir do princípio de ação estratégica, pode-se reconhecer elementos comuns entre o pensamento militar clausewitziano e a colonização européia do século XIX.

Seria necessário ainda compreender de que forma se processam a divisão e a organização do corpo militar, para então entender a organização social desta colônia em formação, que tinha, por critérios de organização da população, no espaço, a distribuição e a divisão. Mas creio que inicialmente seria importante apontar para essas estratégias comuns tanto ao pensamento militar quanto à colonização, e poder pensar a própria colonização a partir das estratégias que se desdobram no espaço.

¹⁴ DG, p. 501.

¹⁵ DG, p. 539.

¹⁶ DG, p. 473-474. Sobre a importância de rios, vales e montanhas, cf. ainda pp. 372, 462.